

# O plano da 'equipe da tesoura'

## Palocci e Mantega cortam despesas do Orçamento para garantir R\$ 9 bi para o social

Valderez Caetano e Eliane Oliveira

BRASÍLIA

**A** ordem é cortar tudo o que não tem urgência para garantir recursos para os programas sociais, especialmente o Fome Zero. Desde que tomaram posse, ministros e secretários do governo Luiz Inácio Lula da Silva correm contra o tempo para apresentar aos ministros da Fazenda, Antônio Palocci, e do Planejamento, Guido Mantega, um levantamento do que realmente é prioridade em suas pastas e o que pode ser cortado para que verbas do Orçamento da União para este ano possam ser remanejadas. O texto modificado do primeiro Orçamento do presidente Lula será sancionado amanhã ou, no mais tardar, terça-feira. Apesar do arrocho, após cortes, remanejamentos e ajustes, deverão ser garantidos pelo menos R\$ 9 bilhões para os programas sociais, segundo Mantega.

— Vamos cortar tudo o que possa ser adiado, que não seja socialmente urgente... Somos a equipe da tesoura, mas temos os olhos voltados para a necessidade do povo — disse Palocci na sexta-feira, durante a visita da comitiva presidencial à favela Vila Irmã Dulce, na periferia de Teresina. Na viagem, o poderoso ministro da Fazenda passou pelas ruas esburacadas de mãos dadas com as gêmeas Larissa e Laís, de 4 anos, que moram na favela.

Pelo Orçamento, os gastos com a Saúde chegarão a R\$ 26,5 milhões. Mas, para isso, todos os ministérios vão ter que apertar ainda mais o cinto, cortando 10% em despesas como, por exemplo, a contratação de serviços, inclusive de mão-de-obra terceirizada.

— Queremos trabalhar com o Orçamento no sentido de que a contenção de despesas seja na atividade meio, que pode ser feita com menos recursos — diz Palocci.

Segundo ele, juntamente com a sanção do Orçamento, o presidente deverá assinar um decreto de programação financeira para este mês, com limite de gastos para cada ministério. Significa que, já em janeiro, o governo vai contingenciar (segurar) verbas para que possa cumprir o ajuste fiscal de 3,75% do PIB. O ministro não quis adiantar o montante de recursos que irá segurar, mas disse que a prioridade são os programas sociais.

No decreto, o presidente vai determinar

quanto cada ministro poderá gastar de amanhã até o fim de janeiro. Segundo Palocci, já será conhecido o tamanho do primeiro contingenciamento, que pode mesmo ficar próximo a 10% das receitas de cada pasta.

Só no dia 30 deste mês haverá um segundo decreto. Nele deverá constar a programação financeira da equipe econômica, uma espécie de cronograma do que os ministros poderão gastar, no conta-gotas, até o fim do ano.

— Será uma orientação geral para os ministros identificarem o que é mais importante em suas áreas. Mas a máquina não vai parar — diz Palocci.

Todo esse sacrifício tem um nome: o ajuste fiscal, que terá que ser muito maior do que os R\$ 9 bilhões destinados à área social. Pelo acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional (FMI), este ano o governo central — Tesouro Nacional, Banco Central e Previdênc-

cia Social — terá que fazer um superávit de R\$ 31,8 bilhões. O esforço será maior para o Tesouro, já que a Previdência é deficitária. As empresas estatais vão ter que economizar R\$ 7,8 bilhões.

Instalado no nono andar do Ministério da Agricultura, o secretário especial de Agricultura e Pesca, José Fritsch, tem um orçamento de apenas R\$ 13 milhões, mas espera conseguir mais dinheiro, assim que apresentar a Lula os projetos de sua secretaria. Além disso, ele quer buscar recursos no Fundo de Marinha Mercante (FMM), que arrecada em torno de R\$ 1 bilhão por ano. O secretário também está de olho numa fatia, mesmo que pequena, no orçamento do BNDES, estimado em R\$ 35 bilhões para 2003.

O governo tem pressa porque, até o mês que vem, vai encontrar pela frente outra demanda. Pela legislação em vigor, até o fim de fevereiro o presidente é obrigado a enviar ao Congresso a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano seguinte.

As dificuldades orçamentárias não afetam apenas os ministérios que já existem e estão previstos no Orçamento. Os técnicos das secretarias especiais e ministérios que foram criados por medida provisória pelo presidente correm contra o tempo para fechar, até o fim deste mês, as diretrizes e os projetos que serão desenvolvidos ao longo dos próximos quatro anos.

— Também estamos interessados em recursos do Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar). Estamos trabalhando com um tripé que leva em conta os aspectos social, econômico e ambiental — acrescentou o secretário especial de Agricultura e Pesca.

Se, no caso da Pesca, há pelo menos alguns milhões previstos, por causa de uma divisão que já existia no Ministério da Agricultura, não existe dinheiro, pelo menos por enquanto, na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social, que tem à frente Tarso Genro. Os técnicos da secretaria se reúnem, na terça-feira, com representantes do Ministério do Planejamento, para discutir a estrutura do órgão.

Entre as demandas da pasta de Tarso está o deslocamento e a hospedagem dos integrantes do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, cujo principal objetivo é o estabelecimento de um pacto social, que, num primeiro momento, teria como prioridade a reforma da Previdência. Até o momento, já foram designados 41 integrantes para o conselho.

Na Secretaria de Segurança Alimentar e Combate à Fome, chefiada por José Graziano, a fonte mais segura de recursos é o Fundo de Combate à Pobreza, que poderá contribuir com cerca de R\$ 1,8 bilhão. Mas existe a expectativa de aumento não apenas da verba orçamentária. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (Bird) são alternativas bastante prováveis.

O Ministério das Cidades poderá não ter tanto problemas, se o presidente da República optar por repassar a Olívio Dutra a administração dos recursos do FGTS e parte do dinheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), especificamente a que vai para o BNDES. Mas não há uma decisão a respeito.



O MINISTRO DA Fazenda, Antônio Palocci: a máquina não vai parar

*“Vamos cortar tudo o que possa ser adiado, que não seja socialmente urgente. Somos a equipe da tesoura”*

ANTÔNIO PALOCCI



MANTEGA, do Planejamento: verbas para o social, mesmo com cortes

*“Estamos trabalhando com um tripé que leva em conta os aspectos social, econômico e ambiental”*

JOSÉ FRITSCH